



## INTEIRO TEOR DA DELIBERAÇÃO

30ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 06/09/2022

**PROCESSO TCE-PE Nº 21100388-8**

**RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO CARLOS PIMENTEL**

**MODALIDADE - TIPO:** Prestação de Contas - Governo

**EXERCÍCIO:** 2020

**UNIDADE(S) JURISDICIONADA(S):** Prefeitura Municipal de São João

### INTERESSADOS:

JOSÉ GENALDI FERREIRA ZUMBA

## RELATÓRIO

Prestação de Contas de Governo da Prefeitura de São João referente ao exercício de 2020, sob a gestão do Prefeito José Genaldi Ferreira Zumba.

Os exames realizados pela equipe técnica foram conduzidos de acordo com as normas e procedimentos gerais relacionados ao Controle Externo, em consonância com a Resolução TC nº 13/96, compreendendo:

1. Análise quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;
2. Análise dos resultados consolidados da entidade e dos instrumentos de planejamento governamental;
3. Verificação quanto à conformidade às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como a observância de limites estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;
4. Observância às normas legais vigentes, incluídas as resoluções e decisões deste Tribunal;
5. Análise das peças que integram a prestação de contas, bem como dos demais documentos posteriormente juntados ao processo.

De início, a auditoria destacou a atipicidade do exercício em análise, marcado pelo início da pandemia provocada pela disseminação do novo Coronavírus (COVID-19), razão pela qual houve alteração de alguns parâmetros para caracterização de irregularidades, conforme determinado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020.



Nesse sentido, em relação aos limites constitucionais, a equipe não apontou como irregularidade a não recondução da DTP aos limites legais, porém identificou que o percentual de comprometimento da RCL com a rubrica findou o exercício em 57,65%.

Na área previdenciária, foi constatado omissão no âmbito do Regime Geral, quando a Prefeitura deixou de recolher o montante de R\$ 600.377,56, equivalente a 35,82% do total devido, sendo 514.603,68 da parte patronal e R\$ 85.773,88 do que foi retido dos servidores.

O conjunto de irregularidades aparece descrito abaixo:

### **Orçamento**

1. Ausência de arrecadação de créditos inscritos em Dívida Ativa (Item 2.1);
2. Inconsistência no valor de receitas arrecadadas informado no Tome Conta com aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.1);
3. Baixa arrecadação de Receita de Capital (Item 2.1);
4. Inconsistência no valor da despesa executada informado no Tome Conta com aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.2);
5. LOA com previsão de dispositivo inapropriado para abertura de Créditos Adicionais, pois, na prática, é mecanismo que libera o Poder Executivo de consultar a Câmara Municipal sobre o orçamento e descaracteriza a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.2);
6. Abertura de Créditos Adicionais sem autorização do Poder Legislativo Municipal (Item 2.2);
7. Déficit de execução orçamentária de R\$ 1.925.518,14, ou seja, o município contraiu despesas em volume superior à arrecadação de receitas (Item 2.3);

### **Finanças e Patrimônio**

8. Déficit financeiro de R\$ 4.417.115,00 (Item 3.1);
9. Saldo negativo em contas do Quadro de Superávit/Déficit do Balanço Patrimonial sem justificativa em notas explicativas, evidenciando ineficiente controle contábil por fonte/aplicação de recursos (Item 3.1);



10. Balanço Patrimonial sem registrar em conta redutora do Ativo o ajuste de perdas de créditos, situação não compatível com a realidade municipal (Item 3.2.1);
11. Balanço Patrimonial com registro deficiente do Passivo de Longo Prazo, uma vez que as provisões matemáticas previdenciárias se fundamentaram em valores desatualizados (Item 3.2.2);
12. Contribuições previdenciárias devidas ao RGPS não foram reconhecidas pela contabilidade municipal (Item 3.2.2);
13. Recolhimento menor que o devido ao RGPS de contribuições previdenciárias descontadas dos servidores, descumprindo a obrigação de pagar R\$ 85.773,88 (Item 3.2.2);
14. Recolhimento menor que o devido ao RGPS de contribuições previdenciárias patronais, descumprindo a obrigação de pagar R\$ 514.603,68 pertencentes ao exercício (Item 3.2.2);
15. Incapacidade de pagamento imediato ou no curto prazo de seus compromissos de até 12 meses (Item 3.3);

### **Repasse de Duodécimos à Câmara de Vereadores**

16. Repasse de duodécimos ao Poder Legislativo após o prazo previsto na Constituição Federal (Item 4);

### **Responsabilidade Fiscal**

17. Despesa Total com Pessoal apurada incorretamente a menor nos demonstrativos fiscais, prejudicando, ao longo do exercício, a verificação precisa da obediência aos limites legal e prudencial estabelecidos pela LRF (Item 5.2);
18. Inscrição de Restos a Pagar Processados sem que houvesse disponibilidade de recursos, vinculados ou não vinculados, para seu custeio (Item 5.4).
19. Realização de despesa nova nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, sem contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa (Item 5.4);

### **Educação**

20. Realização de despesas com recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício (Item 6.3);

### **Previdência Própria**



21. RPPS em desequilíbrio financeiro, haja vista o resultado previdenciário negativo de R\$ 567.200,84, valor que representa a necessidade de financiamento do regime para pagar os benefícios previdenciários do exercício (Item 8.1);
22. Adoção de alíquota de contribuição do servidor inferior ao limite legal (Item 8.1);
23. Não adoção de alíquota sugerida na avaliação atuarial, a qual corresponde a percentual que conduziria o RPPS a uma situação de equilíbrio atuarial (Item 8.1);
24. RPPS em desequilíbrio atuarial, haja vista o déficit atuarial de R\$ 155.811.032,17 (Item 8.2);

### **Transparência**

25. Nível “Moderado” de transparência da gestão, conforme aplicação de metodologia de levantamento do ITMPE, evidenciando que a Prefeitura não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal (Item 9);

### **Transição de Governo**

26. Descumprimento de disposições normativas concernentes à transição municipal (Item 10).

Apesar de devidamente notificado, o Interessado não apresentou Defesa Prévia, conforme despacho exarado pela Diretoria de Contas Municipais (DCM), juntado aos autos por meio do documento eletrônico nº 82.

É o breve relatório.

### **VOTO DO RELATOR**

De início, cumpre destacar que a análise das presentes Contas de Governo referem-se ao exercício de 2020, marcado pelo início da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

Por essa razão, foram publicados normativos que atenuaram algumas exigências contidas na legislação orçamentária e financeira, a exemplo da Lei Complementar Federal 173/2020, a qual promoveu a suspensão de prazos para cumprimento de determinadas obrigações e limites contidos na LRF, bem como o afastamento de algumas vedações e sanções.



Nesse contexto, da análise realizada, em que pese tenham sido considerados os impactos da pandemia sobre os resultados apurados pela Auditoria, concluo que as contas reúnem elementos suficientes para a desaprovação. Explico.

Especificamente em relação ao comprometimento da RCL com a DTP, o município findou o 3º quadrimestre com o percentual em 57,65%, desenquadramento observado durante todo o exercício. A situação, apesar de, em 2020, não ensejar o apontamento de irregularidade, colabora para a análise da gestão como um todo, uma vez que, conforme restou demonstrado, houve aumento da receita ao longo do período de apuração.

Na área orçamentária, foi conferido destaque para a abertura de créditos orçamentários no montante de R\$ 30.554.703,28, extrapolando em 1,47% o valor estabelecido na LOA do Município, o que pode configurar a ocorrência de crime de responsabilidade pelo Prefeito, conforme artigo 42 da Lei 4.320 /64.

Houve importante omissão previdenciária, quando o Município deixou de recolher R\$ 600.377,56, equivalente a 35,82% do total devido ao Regime Geral, sendo R\$ 514.603,68 da parte patronal e R\$ 85.773,88 do que foi retido dos servidores.

No Regime Próprio, não foram adotadas as alíquotas sugeridas pela avaliação atuarial, o que contribuiu para a ocorrência de déficit de R\$ 155.811.032,17

Somadas às demais falhas, outro não pode ser o resultado senão a emissão de Parecer Prévio pela rejeição das contas.

Passo à análise individual das irregularidades identificadas pela Equipe de Auditoria.

## **1. Gestão Orçamentária**

A auditoria acusou ausência de arrecadação de créditos inscritos em Dívida Ativa, baixa arrecadação de Receita de Capital, a qual fora superestimada, além de inconsistências no valor das receitas arrecadadas e despesas executadas informadas no Tome Conta, na comparação com o informado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício.

Em relação aos Créditos Adicionais, foi identificado dispositivo inapropriado na LOA, quando a Prefeitura estabeleceu que o limite de 15% da despesa fixada não seria onerado quando o crédito se destinasse ao atendimento de despesas como pessoal, encargos ou decorrentes de precatórios, dentre outras.

Na visão da equipe, o dispositivo ampliou de maneira significativa a abertura de Créditos Suplementares, cujo montante atingiu R\$



27.337.685,64 ou 39% da despesa fixada, descaracterizando a LOA como instrumento de planejamento. Descontado o valor que a própria LOA determinou que não seria onerado, a extrapolação em relação à autorização inicial somou R\$ 154.287,05.

Em outras palavras, 1,47% dos créditos suplementares foram abertos sem autorização legislativa.

Ademais, houve déficit na execução orçamentária de R\$ 1.925.518,14.

Na área das despesas, a auditoria anotou gastos com festividades no montante de R\$ 398.495,50

### Entendimento do Relator

A baixa arrecadação de Receita de Capital é falha que pode ser mitigada, uma vez estarmos tratando do exercício no qual houve o início da pandemia do novo Coronavírus.

No mesmo contexto soa estranho o patrocínio de festividades naquela época, mesmo admitindo certo arrefecimento da pandemia no segundo semestre de 2020, quando muitos até imaginaram que a situação estava controlada. Ledo engano, pois a transmissão da doença voltou com força logo no início de 2021.

Observo também superestimação da arrecadação, fato que contribuiu para a discrepância entre o previsto e o efetivamente arrecadado.

Por outro lado, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares pressupõe prévia autorização legislativa, de acordo com a previsão do artigo 167, II e III, da Carta Magna, bem como do artigo 42 da Lei Federal nº 4.320 /64. A ausência do requisito é falta grave que pode levar à rejeição das contas.

No presente caso, contudo, considero a pequena importância do valor envolvido, que representou menos de 1,50% dos Créditos Suplementares, já descontada a parte não onerada, a fim de conduzir o item unicamente ao campo das determinações.

## **2. Finanças e Patrimônio**

As irregularidades identificadas pela auditoria neste tema estão relacionadas nos itens 8 a 15 do relatório deste voto.

Nos termos denunciados no RA, a Prefeitura apresentou déficit financeiro de R\$ 4.417.115,00 e incapacidade para pagamento imediato ou no curto prazo de compromissos de até 12 meses.

Em relação ao Balanço Patrimonial, evidenciou ineficiente controle contábil por fonte/aplicação de recursos, além de deixar de registrar em



conta redutora de ativo ajuste de perdas de créditos e realizar registro deficiente do Passivo de Longo Prazo.

Na área previdenciária, deixou de recolher um total de R\$ 600.377,56 a título de contribuições para o Regime Geral, representando 35,82% do devido, sendo R\$ 514.603,68 da parte patronal e R\$ 85.773,88 dos servidores.

### Entendimento do Relator

As irregularidades verificadas na elaboração e apresentação de informações contábeis são de natureza formal. Acato, portanto, a sugestão da auditoria para determinar à gestão municipal que adote medidas visando o seu saneamento.

O Município apresentou Índice de Liquidez Imediata na ordem de 0,43, enquanto o de Liquidez Corrente ficou em 0,82. Esses indicadores demonstram baixa capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

A conduta vai de encontro à Constituição Federal, artigos 37 e 165, § 5º, e à Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 1º, caput e § 1º, e 16, incs. I e II.

No que se refere ao restante de falhas identificadas pela Equipe, merecem destaque as omissões previdenciárias no âmbito do RGPS, quando o Município deixou de recolher R\$ 600.377,56 a título de contribuições, sendo R\$ 85.773,88 do que foi retido dos servidores, representando 16,7% do devido, e R\$ 514.603,68 da parte patronal, o que equivale a 44,25% do total.

A falta é grave, especialmente ao considerarmos os seguintes aspectos:

- Houve gastos com festividades, no montante de R\$ 398.495,50, quantia que representa mais do que três vezes o que deixou de ser recolhido da parte dos servidores;
- Da análise do Relatório, constato que, apesar do cumprimento de investimento mínimo, não houve aumento dos gastos na área da saúde, o que poderia justificar eventual redirecionamento dos recursos da previdência para o enfrentamento da crise de saúde pública provocada pela pandemia. Em sentido contrário, houve, na verdade, diminuição do investimento, que, apesar de ter cumprido o mínimo constitucional, atingiu 22,63%, contra 23,3% do exercício anterior;
- Não há informação nos autos de parcelamento dos débitos previdenciários junto à Receita Federal do Brasil ou qualquer medida que pudesse atenuar a falha;
- Apesar das dificuldades enfrentadas, o Município de São João apresentou aumento na Receita Total - alavancada pelas receitas



advindas de Transferências Correntes - saindo de pouco mais de R\$ 61.000.000,00 em 2019 para R\$ 66.998.679,97 em 2020;

- À exceção do ano de 2019, o interessado, à frente do Poder Executivo desde 2013, não promoveu o recolhimento integral das contribuições previdenciárias ao Regime Geral, desde 2014 - conforme processos TCE-PE nº 15100159-5, nº 16100183-0, 17100163-1, nº 18100829-4, nº 19100299-9, nº 20100445-8;
- Em seu último ano de mandato, transmitiu ao sucessor pesada “herança”, comprometendo o orçamento vindouro e impondo o pagamento de encargos financeiros ao futuro gestor.

O contexto da pandemia iniciada no exercício sob análise não dispensa o Chefe do Executivo do cumprimento da obrigação de recolhimentos previdenciários. Sobre o assunto, a Lei Complementar Federal nº 173/2020 tratou de suspender a obrigatoriedade de recolhimento, exclusivamente, de contribuições patronais ao Regime Próprio, *in verbis*:

*“Art. 9º Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.*

*(...)*

*§ 2º A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica.”*

Diante de todo o cenário, considero grave o não recolhimento de mais de 35% das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, devendo a irregularidade ensejar a rejeição das contas.

### **3. Duodécimos**

A auditoria identificou que o repasse de duodécimo ao Poder Legislativo do Município foi realizado de forma intempestiva nos meses de agosto e setembro, em desconformidade com o que determina a Constituição Federal, em seu artigo 29-A, § 2º, inciso II.

#### Entendimento do Relator

O documento de nº 50 apresentado pela auditoria demonstra três repasses realizados no mês de agosto. O primeiro no dia 20, no valor de R\$ 150.995,94, enquanto o segundo e terceiro nos dias 21 e 24, nos valores de R\$ 18.263,33 e R\$ 2.609,04, respectivamente. Já em setembro houve dois repasses, um no dia 18, no valor de R\$ 90.000,00, ap passo que o segundo registro somou R\$ 63.604,95, no dia 22.





A ocorrência denota claramente a adição e ajuste do duodécimo, com o fito de corrigir seu valor. Não enxergo irregularidade ou tentativa prejudicial ao funcionamento do outro Poder, apenas erro imediatamente corrigido, que não trouxe consequência aparente, devendo ser desconsiderada a acusação.

#### **4. Responsabilidade Fiscal**

Em virtude do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública provocada pandemia da COVID-19, com a edição do Decreto Legislativo Federal nº 6/20 e do Decreto Legislativo Estadual nº 9/20, a auditoria destacou que, para o exercício sob análise, os municípios pernambucanos estariam dispensados da necessidade de retorno da DTP aos limites previstos.

Apenas para fins de acompanhamento, a equipe informou que o percentual de comprometimento da RCL com a rubrica representou 57,65%. Acrescentou que o índice divergiu daquele apresentado no RGF do encerramento do exercício, 56,51%, em decorrência de erro verificado nas deduções realizadas pela contabilidade municipal.

Também registraram acusação relacionada à inscrição de Restos a Pagar Processados sem que houvesse disponibilidade de recursos, vinculados ou não vinculados para o seu custeio, em montante superior a R\$ 1.400.000,00.

No mesmo item, foi verificado desatendimento do artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, segundo o qual fica vedado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser integralmente cumprida dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja disponibilidade de caixa para tanto.

Conforme a acusação posta no RA, entre maio e dezembro de 2020, a Prefeitura de São João contraiu obrigações que poderiam ter sido evitadas, no montante de R\$ 666.995,34.

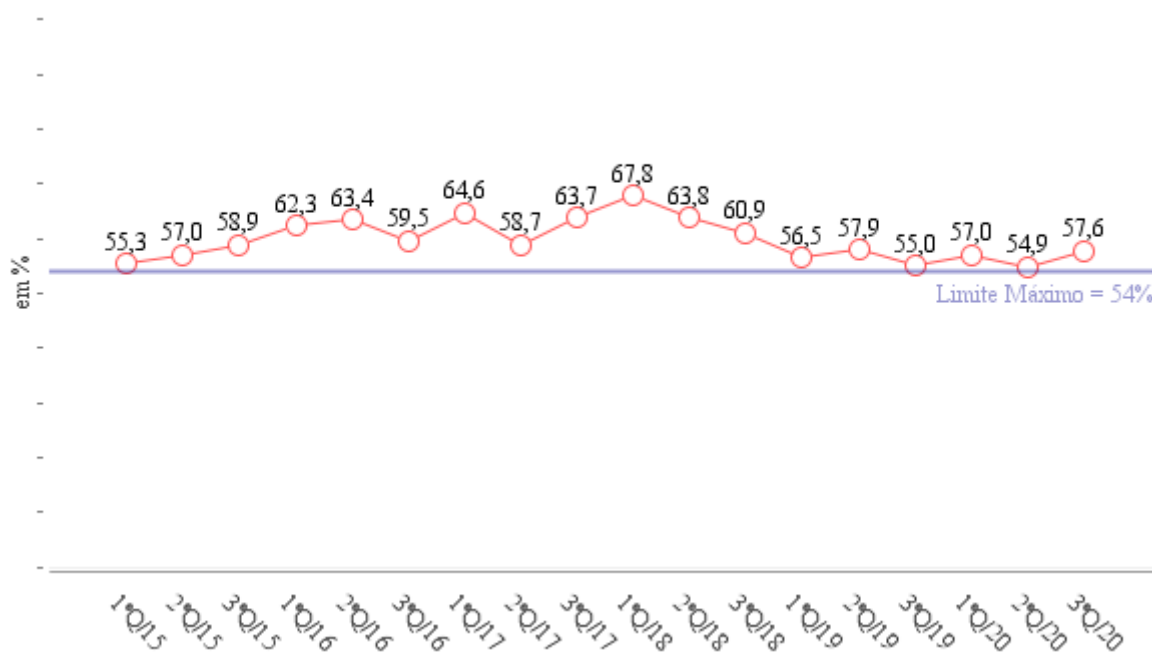
Acrescentou que as possíveis sanções em decorrência do descumprimento do artigo 42 poderiam ser afastadas, caso os recursos utilizados sem disponibilidade de caixa tivessem servido ao combate da pandemia do Coronavírus (2019-nCoV), o que não foi o caso, uma vez que não foram verificados gastos com a referida despesa tendo como fonte os recursos indicados.

#### **Entendimento do Relator**

Em que pese a existência de dispensa legal para retorno do índice de comprometimento da RCL com DTP para o ano de 2020, penso que as informações trazidas servem para consubstanciar uma melhor análise da gestão como um todo.



Conforme mencionado alhures, o gestor estava à frente da Prefeitura desde o ano de 2013 e após o primeiro quadrimestre de 2015, o Poder Executivo de São João vem reiteradamente ultrapassando o limite previsto na LRF. É o que se depreende do Gráfico 5.2c, inserto no Relatório de Auditoria, abaixo colacionado:



Dessa forma, restou configurada a contumácia da conduta do gestor responsável ao não adotar as medidas necessárias preconizadas no artigo 169, §§ 3 e 4, da Constituição da República, mantendo, por conseguinte, gastos com pessoal superiores ao limite estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “b”, da LRF ao longo de toda a sua gestão.

Trata-se de grave infração à norma legal, contribuindo para a análise negativa das contas e ensejando determinação para que a Prefeitura adote medidas efetivas de eliminação de todo o percentual excedente da DTP, em atendimento às exigências da LRF.

No que tange à inscrição de Restos a Pagar Processados a serem custeados com recursos vinculados e não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa, é de se alertar para a necessidade de acompanhamento e controle da execução orçamentária, de modo a evitar a inscrição sem a existência de disponibilidades financeiras suficientes ao adimplemento das correspondentes obrigações.



A Equipe ainda destacou que mesmo com a exclusão das despesas realizadas no combate ao COVID-19, na fonte “001-Recursos Ordinários”, que somaram apenas R\$ 15.000,00, a irregularidade se mantém, já que foram inscritos mais de R\$ 1.400.000,00 em Restos a Pagar Processados.

Assim, resta mantida a referida irregularidade, ensejando recomendação para que o vício não seja repetido.

Quanto à violação do artigo 42 da LRF, a falta é relevante, uma vez que compromete a situação financeira do Município e prejudica a gestão que lhe sucederá. Configurada a irregularidade e sem justificativas por parte do interessado, o apontamento deve ser mantido e, adicionado às demais falhas componentes do Parecer Prévio sugestivo da rejeição das contas.

## **5. Educação**

Foi identificada a realização de despesas com recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício, no valor de R\$ 1.235.678,35.

### Entendimento do Relator

A Lei Federal n.º 11.494/07 não impede a realização de despesas na área de educação além dos recursos do FUNDEB, que poderá ser custeado por outras fontes, a exemplo das receitas próprias.

Ausente a Defesa Prévia, não há elementos nos autos que comprovem que os valores de despesas do FUNDEB sem lastro financeiro foram inscritos em Restos a Pagar e integralmente quitados no exercício seguinte, com recursos próprios, o que poderia afastar a falta.

Destarte, verificada a irregularidade, acato a sugestão da auditoria para remeter a falta ao campo das determinações.

## **6. Previdência Própria**

Em 2020, o RPPS de São João apresentou resultado deficitário em R\$ 567.200,84.

O recolhimento das contribuições para o Regime não foram realizados de forma integral. Contudo, em virtude da baixa magnitude da omissão (3% do total devido), a equipe deixou de realizar o apontamento.

Por outro lado, foi verificado que as alíquotas de contribuições dos segurados e patronal não respeitaram os limites constitucional e legalmente estabelecidos, conforme Tabela 8.1f, extraída do RA:



**Tabela 8.1f** Aliquotas dos Segurados e Patronal, 2020 – São João

Aliquota dos Segurados					
Tipo	Limite legal	Aliquota atuarial	Aliquota fixada em lei		
Ativos (S)	$S \geq 14\%$ podendo ser menor caso o RPPS não tenha déficit a amortizar.	14% (1)	11% (2)		
Aposentados (S)	$S \geq 14\%$ podendo ser menor caso o RPPS não tenha déficit a amortizar.	14% (1)	11% (2)		
Pensionistas (S)	$S \geq 14\%$ podendo ser menor caso o RPPS não tenha déficit a amortizar.	14% (1)	11% (2)		
Aliquota Patronal					
Tipo	Limite legal (%)	CN atuarial	CN fixada em lei (%)	CS atuarial (%)	CS fixada em lei (%)
Ente (E)	$S \leq E \leq 2S$	16% (1)	14,14% (3)	19,21% (1)	16,21% (3)
Obs:	CN = Contribuição Normal CS = Contribuição Suplementar				
Fonte:	(1) Cadprev, DRAA 2020, ano-base 2019, disponível em <a href="https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml">https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml</a> ; (2) Cadprev, DRAA 2021, ano-base 2020, disponível em <a href="https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml">https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml</a> ; (3) Norma que definiu as alíquotas de contribuição para o RPPS (doc. 39); (3).				

Como resultado, decorreu déficit atuarial na ordem de R\$ 155.811.032,17, o maior desde o ano de 2011.

### Entendimento do Relator

Conforme bem ressaltado pela auditoria, por meio do equilíbrio atuarial e financeiro, pode ser garantido que os recursos do RPPS serão suficientes para o pagamento de todas as suas obrigações, tanto no curto quanto no longo prazo, devendo o Município adotar alíquotas que busquem e preservem esse equilíbrio.

Apesar de ter promovido o recolhimento da quase integralidade das contribuições previdenciárias para o Regime, a Prefeitura deixou de adotar as alíquotas impostas pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 9.717/1998, bem como as alíquotas sugeridas pela reavaliação atuarial, ensejando o desequilíbrio do Sistema e colocando em risco a sua sustentabilidade.

Isoladamente, a falha não conduziria a desaprovação das contas. No entanto, quando observamos o resultado do descumprimento (desequilíbrio financeiro e atuarial) a respeito do qual não foram oferecidas contrarrazões escritas no processo, e somamos aos demais achados presentes nos autos, penso que a irregularidade deve compor a lista de motivos ensejadores da rejeição das contas apresentadas.

## **7. Transparência**

O Poder Executivo Municipal de São João não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal.



No exercício de 2020 a Prefeitura obteve o Nível de Transparência Moderado, no Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITMPE), conforme análise feita pela Equipe de Auditoria, no Item 9 do RA.

#### Entendimento do Relator:

A falta de informações no site da Prefeitura sobre as contas públicas, além de evidenciar descaso ao Princípio Republicano de Prestar Contas, prejudica o pleno exercício do controle externo atribuído pela Carta Magna aos Tribunais de Contas, tudo expressado pelo artigo 1º, 5º, XXXI, e 37, CF, além da Lei do Acesso à Informação, artigo 8º, e do Decreto 7.185 /2010, artigos 2º e 7º.

Todos os gestores devem buscar o Nível de Transparência Desejado, a fim de satisfazerem plenamente aquele quesito, considerado de suma importância ao fortalecimento da democracia em nosso país.

Alguns conseguiram chegar lá, enquanto outros ficaram no Nível Moderado, que pode ser considerado como intermediário entre o índice almejado e os classificados negativamente, assim entendidos: Insuficiente, Crítico e Inexistente.

Nesse contexto, o Índice Moderado apresentado pela Prefeitura de São João, se não atingiu o patamar almejado na classificação, também não se situou nos piores níveis da tabela, ficando merecedor de recomendação ao atual gestor para que cumpra integralmente as disposições legais sobre transparência pública, observando com rigor o disposto na LAI.

### **8. Transição de Governo**

Foi constatada a inobservância das determinações impostas pela Lei Complementar Estadual nº 260/2014 e pela Resolução TC nº 27/2016, quando da transição de governo ocorrida em 2020.

A auditoria explicou que o Prefeito em exercício deixou de encaminhar a lista com os nomes dos servidores por ele designados, assim como dos membros da Comissão de Transição indicados pelo candidato eleito, em até 10 (dez) dias após a proclamação do resultado oficial das eleições pela Justiça Eleitoral.

Na visão da equipe, a falha representou violação do artigo 2º da Resolução TC nº 27/2016.

#### Entendimento do Relator

Apesar da falta relacionada à remessa dos nomes a esta Corte, podemos afirmar com relativa certeza que a comissão foi constituída, tanto que a sucessão aconteceu, embora com alguns percalços.



O artigo 3º da Resolução TC nº 27/2016 estabelece possibilidade de multa contra o gestor que não designe os servidores para a comissão, ou que não disponibilize a totalidade da documentação prevista na Lei Complementar Estadual nº 260/2014, *in verbis*:

*“A não designação dos servidores ou a entrega parcial da documentação discriminada na Lei Complementar Estadual nº 260/2014 poderá ensejar a aplicação de multa ao Prefeito em exercício, com base no art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004, Lei Orgânica do TCE-PE.”*

Nesse contexto, considero o caráter formal da falta, que merece ser conduzida ao campo das determinações para que as futuras gestões não repitam o mesmo erro.

Diante do exposto,

**VOTO pelo que segue:**

CONTAS DE GOVERNO.  
REJEIÇÃO. DESPESA COM  
PESSOAL. EXTRAPOLAÇÃO.  
REINCIDÊNCIA. REGIME GERAL  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.  
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
AUSÊNCIA.

1. Os gastos com pessoal do poder executivo não poderão exceder o percentual de 54% da Receita Corrente Líquida, conforme as disposições contidas no artigo 20, inciso III, alínea “b”, c/c os artigos 19 e 22, § único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Caso seja ultrapassado o limite, a LRF determina a redução dos gastos ao limite legal nos dois quadrimestres subsequentes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

3. A ausência de recolhimento ao Regime Geral de Previdência Social afronta os princípios expressos da administração pública e o dever de contribuir para a seguridade social



(Constituição da República, artigos 37, 195 e 201).

**CONSIDERANDO** que integra a análise das contas prestadas anualmente a observância dos limites constitucionais e legais que lhe são impostos, os quais se encontram consolidados no Anexo Único deste voto;

**CONSIDERANDO** o Relatório de Auditoria elaborado pela Gerência de Contas de Governos Municipais-GEGM;

**CONSIDERANDO** que a extrapolação do limite de DTP atingiu 57,65% da RCL, e que, apesar de no ano de 2020, devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), não ensejar a aplicação de sanção ao agente causador do desenquadramento, serve de fundamento para a análise das contas de governo apresentadas;

**CONSIDERANDO** a reincidência no descumprimento do referido limite legal, registrado desde o exercício de 2013, quando teve início o primeiro mandato do Interessado, reeleito em 2016 para o quadriênio 2017-2020, bem assim a ausência medidas necessárias ao reenquadramento;

**CONSIDERANDO** o não recolhimento previdenciário ao Regime Geral (RGPS), no montante de R\$ 600.377,56, equivalente a 35,82% do total devido, sendo R\$ 85.773,88 da parte dos servidores e R\$ 514.603,68 da patronal, falta igualmente observada nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018;

**CONSIDERANDO** a não adoção das alíquotas de contribuições dos segurados e patronal no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), contribuindo para o desequilíbrio atuarial e financeiro do sistema, que finalizou o exercício com um déficit de R\$ 155.811.032,17, o maior desde 2011;

**CONSIDERANDO** que o acusado não apresentou defesa escrita no Processo, apesar de regularmente notificado, conforme faz prova o documento eletrônico nº 82;

**José Genaldi Ferreira Zumba:**

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco ;

**EMITIR Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal de São João a **rejeição** das contas do(a) Sr(a). José Genaldi Ferreira Zumba, relativas ao exercício financeiro de 2020.



**DETERMINAR**, com base no disposto no artigo 69 combinado com o artigo 70, inciso V, ambos da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de São João, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, nos prazos indicados, se houver, as medidas a seguir relacionadas :

1. Atentar para a consistência das informações sobre a receita e a despesa municipal prestadas aos órgãos de controle (Itens 2.1 e 2.2);
2. Aperfeiçoar a metodologia empregada para estimar a receita de capital quando da elaboração do orçamento, evitando o envio de projeto de lei orçamentária ao Poder Legislativo com previsão de receita de capital incompatível com a real capacidade de arrecadação municipal (Item 2.1);
3. Estabelecer na LOA um limite razoável para a abertura de créditos adicionais diretamente pelo Poder Executivo através de decreto, sem a inclusão de dispositivo inapropriado que amplia o limite real estabelecido, de forma a não descaracterizar a LOA como instrumento de planejamento e, na prática, excluir o Poder Legislativo do processo de alteração orçamentária (Item 2.2);
4. Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas, evitando, assim, contrair obrigações sem lastro financeiro, de modo a preservar o equilíbrio financeiro e fiscal do município (Item 3.1);
5. Instituir a provisão para os créditos inscritos em dívida ativa de recebimento incerto (Item 3.2.1);
6. Providenciar a correção dos Relatórios de Gestão Fiscal emitidos com o erro metodológico nas deduções da Despesa Total com Pessoal identificado neste item, bem como atente para a correta apuração do percentual da despesa com pessoal comprometido com a receita corrente líquida na elaboração dos próximos RGF (Item 5.2);
7. Abster-se de vincular ao FUNDEB despesas sem lastro financeiro nessa fonte (Item 6.3);





8. Atentar para que a apuração do resultado atuarial em cada balanço contemple valores dos “Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios” e do “Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei” compatíveis com a realidade municipal (Item 8.2);
9. Reescalonar o atual plano de custeio para 14% e 23,46% de contribuição para o servidor e ente federativo, respectivamente, visando ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS (Itens 8.1 e 8.2);
10. Providenciar registros consistentes do endividamento municipal, em especial, em relação à dívida de parcelamentos com o RPPS, de modo que as baixas informadas no Demonstrativo da Dívida Flutuante reflitam os recolhimentos informados no Demonstrativo de recolhimentos de contribuições ao RPPS (Item 8.1).



## ANEXO ÚNICO - VOTO DO RELATOR

### QUADRO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Área	Descrição	Fundamentação Legal	Base de Cálculo	Limite Legal	Percentual / Valor Aplicado	Cumprimento
Educação	Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	Constituição Federal/88, Artigo 212.	Arrecadação com impostos e transferências constitucionais na área de educação	Mínimo 25,00 %	24,95 %	Não
Educação	Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica	Lei Federal 11.494/2007, Art. 22	Recursos do FUNDEB	Mínimo 60,00 %	61,96 %	Sim
Saúde	Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde (municipal)	Art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.	Receitas de impostos nas ações e serviços públicos de saúde, incluindo as transferências.	Mínimo 15,00 %	22,63 %	Sim
Pessoal	Despesa total com pessoal - 3º quadrimestre/ 2º semestre	Lei Complementar nº 101/2000, art. 20.	RCL - Receita Corrente Líquida	Máximo 54,00 %	57,65 %	Não
Dívida	Dívida consolidada líquida - DCL	Resolução nº 40 /2001 do Senado Federal	RCL - Receita Corrente Líquida	Máximo 120,00 %	8,24 %	Sim



## **OCORRÊNCIAS DO PROCESSO**

NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS

## **RESULTADO DO JULGAMENTO**

Presentes durante o julgamento do processo:

CONSELHEIRO MARCOS LORETO , Presidente da Sessão : Acompanha

CONSELHEIRO SUBSTITUTO CARLOS PIMENTEL , relator do processo

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL : Acompanha

Procuradora do Ministério Público de Contas: ELIANA MARIA LAPENDA DE MORAES GUERRA

Houve unanimidade na votação acompanhando o voto do relator.